**As ingerências governamentais e o antídoto[[1]](#footnote-1) freireano:**

**cenários de resistência em tempos de necroeducação**

**Governmental interferences and Freire’s antidote:**

**scenarios of resistance in times of necro-education**

**Las injerencias gubernamentales y el antídoto de Freire:**

**escenarios de resistencia en tiempos de necroeducación**

**Francisco Estefogo**

Universidade de Taubaté (Unitau), Taubaté/SP – Brasil

**Valdite Pereira Fuga**

Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes/SP – Brasil

**Daniela Vendramini-Zanella**

Universidade de Sorocaba (Uniso), Sorocaba/SP – Brasil

**Resumo**

Este ensaio objetiva promover a discussão e a reflexão sobre as ingerências governamentais no cenário brasileiro que, assolado pela Covid-19, restringiu o fazer pedagógico e acentuou as desigualdades sociais. O estudo é norteado pelo conceito teórico-filosófico mbembeniano de necropolítica, ou seja, uma política centrada na produção da morte, cujo pressuposto consiste no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. As concepções freireanas também embasam essa proposição, a fim de prospectar ações docentes emancipadoras e libertadoras como antídoto de resistência para coibir as inúmeras ações do governo bolsonarista que impeliram a necroeducação. Trata-se de um estudo bibliográfico enviesado pela ótica qualitativa para leitura e interpretação dos dados advindos da mídia. Ademais, este ensaio apresenta duas atividades como exemplos de ações docentes emancipadoras desenvolvidas no cenário de necroeducação. A interlocução teórica aponta que a necroeducação se distancia quando a educação é compreendida como um ato político e libertador a partir de práticas que fomentem o pensamento crítico e a construção coletiva para superar situações-limite.

**Palavras-chave:** Necroeducação, Necropolítica, Educação libertadora, Pensamento crítico, Coletividade

**Abstract**

This essay aims to promote discussion and reflection on governmental interference in the Brazilian scenario, when devastated by Covid-19, restricted pedagogical work and accentuated social inequalities. The study is guided by the mbebenian theoretical-philosophical concept of necropolitics, that is, a policy centered on the production of death, whose assumption is the power to dictate who can live and who must die. Freire's conceptions also support this proposition to prospect emancipatory and liberating teaching actions as an antidote of resistance to curb the numerous bolsonarista governmental actions that emphasize necro-education. This is a bibliographical study biased by a qualitative perspective for reading and interpreting data from the media. Furthermore, this essay presents two activities as examples of emancipatory teaching actions developed in the necroeducation context. The theoretical interlocution points out that necroeducation distances itself when education is understood as a political and liberating act based on practices that encourage critical thinking and the collective construction to overcome extreme situations.

**Keywords**: Necroeducation, Necropolitics, Liberating education, Critical thinking, Collectiveness

**Resumen**

Este ensayo tiene como objetivo promover la discusión y la reflexión sobre la injerencia del gobierno en el escenario brasileño que, devastado por la Covid-19, restringió el trabajo pedagógico y acentuó las desigualdades sociales. El estudio se guía por el concepto teórico-filosófico mbebeniano de necropolítica, o sea, una política centrada en la producción de la muerte, cuyo supuesto es el poder de dictar quién puede vivir y quién debe morir. Las concepciones de Freire también sustentan esa proposición para prospectar acciones docentes emancipatorias y liberadoras como antídoto de resistencia para frenar las numerosas acciones del gobierno bolsonarista que impelieron la necroeducación. Se trata de un estudio bibliográfico sesgado por una perspectiva cualitativa para la lectura y la interpretación de los datos de los medios de comunicación. Además, este ensayo presenta dos actividades como ejemplos de acciones docentes emancipadoras desarrolladas en el escenario de la necroeducación. La interlocución teórica apunta que la necroeducación se distancia cuando la educación es entendida como un acto político y liberador a partir de prácticas que incentivan el pensamiento crítico y la construcción de instancias de superación de situaciones límite.

**Palabras clave**: Necroeducación, Necropolítica, Educación liberadora, Pensamiento crítico, Colectividad

**1. Introdução**

A ameaça da possibilidade de se realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o corte de pelo menos três mil bolsas de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como o ataque às ciências humanas, filosofia e sociologia[[2]](#footnote-2), em particular, são algumas das injúrias, declarações e ações polêmicas antieducação realizadas pelo então governo bolsonarista. Complementam essa lista, a Escola Sem Partido, a temerária defesa da educação domiciliar e a desqualificação da escola como espaço de cidadania.

Todas essas temáticas, na verdade, são ardis interposições promotoras da necroeducação, conceito construído por meio de bases científicas, que perpetuam a precarização da vida, ressaltam a exclusão social, singularmente, o racismo que estrutura a sociedade, resultando no silenciamento de vozes, principalmente, dos alunos negros (SILVA, 2019), quilombolas, indígenas e a pouca representatividade desses grupos no sistema educacional.

Em paralelo, a existência da colossal desigualdade e da convulsão social, acentuada pela Covid-19, além da violência, da fome, da pobreza, da democracia fragilizada, da supressão de liberdade, para citar apenas algumas mazelas, configuram as chagas sociais mais eloquentes, às vezes indeléveis, que caracterizaram o ardiloso quadro necropolítico(MBEMBE, 2016), em nossa nação entre 2019 e 2022.

Esse termo define o cenário brasileiro na época da pandemia, diante de uma gama de discursividades dos governantes que disseminaram ideologia, falsos saberes e poder, os quais se entrelaçaram na materialidade da vida (MISSIATO, 2021), colocando em relevo as práticas de morte sobre as populações socialmente desassistidas e marginalizadas.

É nesse panorama da nefasta crise sanitária global e seus desdobramentos que, mesmo com todas as dificuldades que restringem nosso fazer pedagógico, buscamos, pelo viés freireano, prospectar ações docentes emancipadoras e libertadoras como antídoto de resistência para coibir as inúmeras ingerências governamentais, em favor de uma pedagogia problematizadora e dialógica que possa contribuir para a nossa contínua fulgurante reinvenção formativa.

Assim, esta produção intenta, como educadores, discutir e refletir modos de resistir e expandir, almejando superar as situações-limites, problematizando a realidade e, por meio da *práxis,* projetar transformações no contexto escolar e extensões, mostrando a todos que é possível e viável intervir na realidade, criar algo juntos a partir do inédito.

Como princípio metodológico, a pesquisa bibliográfica alicerça a discussão e está centrada na abordagem qualitativa para leitura e discussão dos dados com ênfase no paradigma crítico (MINAYO, 1993), que tem em Freire (2011) e em Giroux (1999) as suas bases. Esses autores consideram o campo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes como caminho científico que não pode ser reduzido a uma instrumentalização de dados e variáveis. Os dados, advindos da mídia, denunciam as ingerências governamentais que materializaram a necroeducação.

Além desta introdução, o artigo apresenta o conceito de “Necropolítica e seus desdobramentos”, a partir de Mbembe (2016), que embasa essa discussão. Em seguida, trata sobre as “Ingerências necroeducadoras” do governo passado, ressaltando algumas promessas não cumpridas em momento de campanha e algumas ações bizarras advindas do mais alto escalão governamental. Diante de tais ingerências, este estudo traz como “Antídotos” as colocações freireanas para superar as situações-limite promovidas por uma nefasta necroeducação.

Para tal, o presente estudo ilustra essas ações emancipadoras por meio de duas atividades do Projeto Brincadas, desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Linguagem em Atividade no Contexto Escolar (GP LACE) da Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (PUC-SP)[[3]](#footnote-3). Por fim, em “Algumas reflexões”, pontuamos a importância do aporte freireano contra as necroações governamentais, com o intuito de desenvolver redivivas práticas educativas, que possam instigar o educando a pensar criticamente sobre o seu papel agentivo para transformar a realidade e possibilitar a construção do inédito-viável (FREIRE, 2014a), com base no pensamento crítico a na coletividade.

**2. Necropolítica e seus desdobramentos**

O conceito de necropolítica discutido por Mbembe (2016) está relacionado a um fenômeno social, organicamente ligado ao neoliberalismo, cuja ressignificação advém do debate foucaultiniano – biopoder/biopolítica–, como instrumento de controle que o Estado exerce sobre o corpo dos indivíduos, determinando quem deve morrer e quem deve viver.

Em linhas gerais, desde o século XVI, o direito de vida e morte era uma prerrogativa do soberano. Além de confiscos de bens e serviços e, ainda, para garantir a defesa incondicional de sua pessoa e território, era lícito submeter seus súditos a castigos e à morte. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, essa prática foi relativizada e substituída pela administração dos corpos e pela gestão da vida, entendida como biopoder, agora, exercida pelo Estado.

A biopolítica, polo complementar do biopoder, centra-se no coletivo e trata das questões que envolvem a realidade biológica do ser humano e os fenômenos naturais a ela subjacentes, tais como, a saúde, a higiene, a alimentação, a sexualidade, a taxa de natalidade, a longevidade, os fluxos de migração, as epidemias, entre outros, obviamente, em favor dos interesses do Estado.

Sobreleva ressaltar que a concepção de raça se consolida na genealogia do biopoder, sectando e hierarquizando a população em subgrupos, qualificando-as entre superiores e inferiores. Sob esse viés, eles se tornam ameaça para aqueles considerados superiores, o que justifica o direito de matar em nome de um fortalecimento biológico (FOUCAULT, 2005). Na realidade, o biopoder determina quais vidas importam e quais corpos são descartáveis, seguindo a lógica da política vigente.

A ressignificação mbembeniana ao termo biopoder/biopolítica para necropoder/necropolítica e suas vertentes amplia e complementa o debate foucaultiano, que centrou majoritariamente o contexto europeu. Para Mbembe (2016), como já foi mencionado, a necropolítica se constitui como uma política da morte. Aliás, muito mais que isso: o poder exercido pela necropolítica incide, particularmente, nas diferentes formas que produzem a morte.

Em outras palavras, a necropolítica reproduz a antiga potência de morte delegada ao soberano que, nos dias de hoje, é realizada não somente pelo Estado, mas, também, praticada por qualquer um que se institua de poder: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

A ideia de necropolítica rompe as fronteiras dos países da América e da África que sofreram processos de colonização e escravização. Atualmente, assume importância analítica global. As forças necropolíticas agem e incidem na ausência dos direitos básicos (saúde, educação, saneamento básico, segurança, entre outros) a grupos invisibilizados mais vulneráveis.

Nesse sentido, Lima (2018) apresenta o sintagma bionecropolítica e argumenta que, no contexto brasileiro, o conceito se constitui de maneira diaspórica, opressora, genocida e racista, visível no sistema carcerário, na população negra empobrecida, nos idosos, nas pessoas em situação de rua, nos *apartheids* urbanos das grandes e pequenas cidades, na eclosão da milícia, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas longas filas hospitalares, entre tantos outros lugares cada vez mais precarizados.

No contexto pandêmico, por exemplo, a gestão de morte era veiculada pelo representante mandatário do Poder Executivo, quando fundamentou sua posição a um jornalista diante do elevado número de mortos pela Covid-19: *“Eu não sou coveiro, tá certo? Mortes vão haver.”* Além disso, quando o Brasil ultrapassou a China em número de mortes, justificou-se da mesma forma: *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”; “A gente lamenta todas as mortes, está chegando ao número 100 mil, mas vamos tocar a vida”; “Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer”[[4]](#footnote-4).*

Essas falas evidenciam a prática do necropoder, expressa a política de morte, confirma o apagamento, a subalternização e a coisificação, especialmente, dos grupos mais vulneráveis (os empobrecidos, os moradores de favelas, os indígenas e os negros) que, normalmente, são expostos no dia a dia a qualquer tipo de violência muito antes da pandemia: grupos que estão do outro lado da “linha abissal” (SOUZA SANTOS, 2021) têm menos direitos, importam menos.

Daí a adjetivação mais que apropriada ao governo bolsonarista – genocida – que, por meio de declarações frugais, medidas provisórias, vetos, entre outros, sublinham o necropoder. Naquele momento, ocorria o debate sobre o posicionamento das ações do governante no crime de genocídio, uma vez que muitos profissionais identificaram omissões tanto na política de saúde pública contra a Covid-19 (dados apontados pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário – Cepedisa - e outra organização)[[5]](#footnote-5), como aos crimes ambientais na Amazônia e genocídio de indígenas brasileiros[[6]](#footnote-6).

A necropolítica perpassa diversas instituições sociais e políticas do país, o que nos permite dizer que a educação é um dos vieses do necropoder, exercendo essa mesma gerência por meio de um necrodiscurso (MISSIATO, 2021). Embora esse conceito não tenha sido contemplado diretamente na obra mbembeniana, Missiatto (2021) ressalta que o necrodiscurso e o necropoder são interdependentes: articulam ideologias, valores, reproduzem a linguagem da dominação e favorecem o extermínio de grupos socialmente minorizados. Sua eficácia reside, justamente, na sustentação e na obtenção de apoio que o detentor do poder possa efetivar sua gestão de morte.

No contexto educacional, o discurso da morte aprofunda, ainda mais, as desigualdades sociais e ratifica a necroeducação que, naquele momento nefasto, evidenciava a ausência de recursos básicos para atender aos estudantes mais pobres concernentes à educação de qualidade. O coronavírus escancarou e escancara a diferença radical entre o ensino público e privado.

Enquanto os estudantes da rede privada têm acesso às tecnologias educacionais que, de alguma forma, possibilitam um aprendizado remoto e híbrido mais bem estruturado, muitos estudantes da rede pública e contextos mais empobrecidos estão e foram deixados à margem, a viver a morte-em-vida (MBEMBE, 2016). Não tinham as mínimas condições de acesso às atividades remotas, mesmo com algumas iniciativas precárias de gestores públicos para minimizar esse manco cenário. O quadro necropolítico brasileiro, na época da pandemia da Covid-19, ocorria a partir de inúmeras ingerências governamentais, discutidas na próxima seção.

**3. Ingerências necroeducadoras**

A proposta de governo bolsonarista[[7]](#footnote-7), apresentada por singelas páginas, sintetizando assuntos complexos como se fossem *slides* de *Power Point*, já prenunciava mudanças acerca do método de gestão e revisão de conteúdo. Ainda, a proposição vociferava a necessidade de modernização nos currículos, com a intenção de enaltecer a formação em cursos como veterinária, engenharia e medicina e menosprezar as ciências humanas[[8]](#footnote-8).

Ao longo da campanha eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, a julgar pelas promessas feitas, no que diz respeito à educação, já se desenhava um horizonte nada esperançoso, fundamentado pela máxima de expurgar “*a ideologia de Paulo Freire*” (Plano de governo, 2018) e pela fala do então candidato: “*a educação brasileira está afundando; temos que debater a ideologia de gênero e a escola sem partido; entrar com um lança-chamas no MEC e tirar o Paulo Freire de lá*”[[9]](#footnote-9).

É interessante ressaltar que de renomado patrono da educação brasileira, conhecido internacionalmente como um dos principais educadores da humanidade, Paulo Freire é mais uma vez, após 25 anos, considerado inimigo da pátria e reiteradamente desqualificado pela classe governamental da época da pandemia, que defendia uma educação neutra, despolitizada e estéril.

Subjacente a esse repúdio, reside o medo de uma “virada decolonial”[[10]](#footnote-10) freireana que, ao dessilenciar o sujeito por meio de uma educação libertadora dialógica e democrática, promove sua vocação ontológica do ser mais (FREIRE, 1997). Agarrar-se ao fio de esperança, conforme profetizado por Freire (1992) - “precisamos esperançar” -, tornou-se um lema de resistência, entre nós educadores, principalmente, das ciências humanas, em meio às propostas temerárias e inexequíveis do governo bolsonarista.

Considerando algumas necropropostas governamentais na gestão do ex-presidente, por exemplo, “priorizar a educação básica”[[11]](#footnote-11), “dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar”[[12]](#footnote-12) e, ainda, “incluir no currículo escolar as disciplinas educação moral e cívica (EMC) e organização social e política brasileira (OSPB)”[[13]](#footnote-13), o cenário evidenciava uma possível prática de regime de culto ao silenciamento, ao controle e à opressão, o oposto às preconizações freireanas libertadoras. No mais, vale ressaltar a inviabilidade das promessas eleitorais de outrora, no que tange ao ensino básico, pois são os estados e municípios que gerenciam esse ciclo do processo escolar.

Ainda na seara dos compromissos aventados meses antes do pleito de 2018 para o ensino superior, o plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral também titubeou. Preconizava parcerias de universidades com a iniciativa privada para o desenvolvimento de novos produtos e a conquista de outros mercados, com vistas ao aumento da produtividade no país, uma vez que, baseado nas próprias propostas apresentadas para a educação, as universidades deveriam estimular e ensinar o empreendedorismo[[14]](#footnote-14).

Na contramão das profecias emuladas para o ensino superior, durante a campanha eleitoral, depois de 18 meses de governo, 69 universidades federais tiveram o funcionamento comprometido devido ao inconsequente corte de R$ 1 bilhão imposto pela Lei Orçamentária Anual (LOA)[[15]](#footnote-15). De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), esse montante representa uma queda de mais 18% dos investimentos feitos em 2020.

Como resultado, 70 mil pesquisas tiveram seu curso comprometido, dentre as quais, exatamente naquele momento ultrajante da Covid-19, 2 mil estavam debruçadas na luta contra o antígeno que assolava o país, dizimando mais de 700 mil mortes e fustigando mais de 15 milhões[[16]](#footnote-16) de desempregados.

Não bastassem essas ingerências paralisantes das engrenagens da educação, tão aturdidas e enferrujadas há anos no Brasil, desde o começo da antecedente gestão federal, já tinham sido nomeados quatro ministros para a pasta[[17]](#footnote-17). Houve até um quinto candidato, mas, sabiamente, declinou a proposição.

Dentre outras fanfarronices jactadas nesse curto espaço de tempo, o que sinaliza total incompetência técnica e desprezo pelo Ministério da Educação, ventilou-se a desatinada ideia de filmar os alunos cantando o hino nacional e recitando o lema do governo federal – “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos” -, além de dizer impropérios aos integrantes da Suprema Corte da República.

Afora esses impropérios, os lascivos comentários acerca da “mamadeira de piroca”[[18]](#footnote-18), de “o que é *golden shower*?” [[19]](#footnote-19) de “tudo pequenininho aí” [[20]](#footnote-20), “vírus chinês”[[21]](#footnote-21), trapalhadas sobre a “ideologia de gênero”, eclodidas por meio do embuste que o “kit-gay” ocasionou no processo eleitoral de 2018, são um capítulo à parte. Tratava-se, na verdade, de um material acerca da diversidade sexual e da promoção dos direitos humanos e de uma cidadania que pudesse incluir as pessoas LGBTQIAPN+.

Esse aparato fazia parte do “Projeto Escola Sem Homofobia”, financiado pelo Ministério da Educação (MEC)[[22]](#footnote-22) do governo de antes de 2018, recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo do Conselho Federal de Psicologia. No entanto, na versão do então presidenciável em 2018, a publicação passou a ser motivo de chacota, pois, como vista por uma lente deturpada e beligerante, a iniciativa do MEC tinha como prerrogativa a sexualização precoce dos estudantes (ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2019).

Adeptos de teorias e de narrativas de conspiração, os arautos da gestão federal bolsonarista, principalmente no que se refere à educação, já preconizavam uma opção governamental predatória do MEC, pasta fulcral para o desenvolvimento econômico, científico e social do país.

Vale lembrar a proibição por parte do governo do ex-mandatário da veiculação do vídeo de campanha de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, representada pela presidente da associação das prostitutas de Minas Gerais. Essa campanha ocasionou, também, a exoneração de seu idealizador, o diretor do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e Hepatites Virais do ministério[[23]](#footnote-23).

Para além de tais insensatezes, principalmente na esfera da educação, mentiras sobre a qualificação de um dos proponentes à pasta e lampejos sobre o incentivo, por parte das universidades, do “sexo sem limites”[[24]](#footnote-24) existe a lista realizada no Ministério da Educação da época. Depreende-se, assim, que os arroubos de retórica do governo federal de Jair Bolsonaro, em especial no que tange à educação, arvoraram-se em práticas que limitavam a educação libertadora freireana e, mais avassalador, fomentavam a necroeducação.

Com o advento da pandemia da Covid-19, que foi mais funesta com os indígenas[[25]](#footnote-25) e os pobres devido à maior vulnerabilidade à doença no Brasil, de acordo com o periódico *The Lancet Global Health[[26]](#footnote-26)*, a situação da educação era ainda mais claudicante. As ONGs Human Rights Watch*[[27]](#footnote-27)* e Todos pelaEducação[[28]](#footnote-28) divulgaram o fracasso da ação governamental em relação à emergência educacional decorrente da pandemia. O total fechamento de escolas, por meses a fio, impactou o contingente em situação de maior suscetibilidade econômico-social.

No mais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)[[29]](#footnote-29) afirma que mais de cinco milhões de estudantes, entre 6 e 17 anos, não tiveram acesso à educação no final de 2020, o pior quadro em duas décadas de estudo. Outrossim, embora estivessem matriculados, mais de quatro milhões não dispunham dos mínimos recursos para o ensino a distância.

Esse cenário analógico e anacrônico, em relação ao alcance à rede mundial de forma mais democrática, poderia ter sido diferente se o Ministério da Educação não tivesse, por exemplo, reduzido os investimentos do Programa Educação Conectada[[30]](#footnote-30), voltado à universalização do acesso à internet de alta velocidade na educação básica.

As consequências das práticas de sabotagem e necroeducativas, por parte do Governo Federal naquela ocasião, eram as mais alarmantes e apocalípticas. Especialistas prognosticaram a queda na renda e a perda de empregos e, consequentemente, maior insegurança alimentar e habitacional, principalmente, entre os grupos mais vulneráveis, normalmente à margem da dignidade humana. Igualmente, essa previsão se estendia (uma taxa mais alta em relação) ao abandono escolar, o que poderia resultar em maior exploração infantil e exposição a todo tipo de violência, principalmente, a sexual e a doméstica.

Esse dado pode ser exemplificado pela evasão escolar de meninas que, provavelmente, permaneciam em casa cuidando dos irmãos para os pais procurarem emprego ou trabalharem para outras pessoas em troca de dinheiro ou, até mesmo, de comida[[31]](#footnote-31). Nesse contexto, [94% das vítimas eram meninas e 73%, negras](https://livredetrabalhoinfantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-negro-e-maior-por-heranca-da-escravidao/). Ademais, constata-se 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, dos quais 65% eram meninos. Essa proporção se invertia quando se falava em trabalho infantil doméstico e exploração sexual[[32]](#footnote-32).

Além das perturbações sociais e emocionais resultantes das ações edufóbicas advindas do mais alto escalão governamental, iniciado em 2018, no nível macro, estudiosos vaticinavam graves repercussões na desigualdade educacional, no aprendizado escolar, na qualidade das práticas educativas advindas de um currículo excludente, na pobreza epistemológica, na miséria semântica e, certamente, no fosso e na deterioração social.

No avesso dessas atitudes necroeducativas, da mesma forma que Freire (1997) acreditava na educação como ferramenta de transformação social de modo a reconhecer e reivindicar direitos, acreditamos que a prática de liberdade é fundamental, frente à interdição das falas discordantes e de narrativas que buscam coerções ativas por meio da violência simbólica, opressiva, separatista, mortífera e física em todas as esferas dos meandros da educação deste tão desditoso país.

Sabemos que as experiências em uma realidade necropolítica tão opressora e devastadora que vivemos não são fáceis. Todavia, é na potência da coletividade e do engajamento com a realidade, que sustentamos nossas possibilidades de resistência para seguir em frente.

**4. Antídotos freireanos**

Acossado por possíveis situações históricas de exploração e opressão, caracterizando a necroeduação, Freire (1986) lança luz sobre esse périplo, ao vislumbrar a educação como um ato libertador, colocando-nos como agentes ou ser mais, no dizer freireano, que operam e transformam o mundo a partir do desenvolvimento da consciência acerca da realidade concreta. A educação é o principal instrumento para a conscientização, pois possibilita que os indivíduos se tornem seres políticos e críticos.

Na visão freireana, essa conscientização (1979) das estruturas de opressão faz parte de um processo e acontece em três momentos: (1) intransitiva, caracterizado pela quase ausência de consciência histórica e pela aceitação das relações de dependência dos sujeitos com relação às estruturas opressivas; (2) transitiva ingênua, quando o sujeito se torna consciente da imposição de sua dependência, mas não é capaz de agir contra as forças que o oprimem; (3) consciência crítica ou conscientização, momento em que o sujeito é capaz de se envolver num processo dialógico de questionamento e validação das normas sociais, dos códigos culturais e das ideologias.

Para Freire (1979), a conscientização não existe sem a *práxis*, ou seja, sem a ação-reflexão, unidade dialética central desse processo. A conscientização é o início da evolução crítica, abre caminhos para problematizar, por meio do diálogo, permitindo ao sujeito ultrapassar as situações-limites, ingredientes basilares da educação libertadora.

Horizontal e libertador, esse diálogo pressupõe a articulação entre os professores, os alunos e o conteúdo escolar, de modo que oportunize práticas educativas vinculadas na vida dos educandos (FREIRE, 1986). Por uma ótica crítica da realidade temática, na qual a cultura e a trajetória de vida de todo e qualquer estudante (e professor) seja respeitada, o potencial dos conteúdos advindos da comunhão entre os agentes envolvidos são instrumentos de transformação da própria realidade e do mundo que os cerca (FREIRE, 2011).

Ao pensar no fracasso da ação governamental em relação à emergência educacional no momento da avassaladora pandemia, esse importante movimento freireano de conscientização pode promover ao estudante, por exemplo, a reflexão-ação e a compreensão de que seus direitos à educação, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)[[33]](#footnote-33) e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96)[[34]](#footnote-34), foram descumpridos pelo Estado.

A ação-reflexão, propiciada pelas práticas problematizadoras e diálogos, estreita a relação entre educandos e educadores e, apesar da necessidade de resistência ao descaso praticado pelos governantes, pode revelar o ser mais (FREIRE, 1997), em busca do compromisso ético e do possível/inédito-viável para transformar a nossa realidade e o mundo (FREIRE, 2011).

No que diz respeito ao cenário atual, em especial, no pós-pandemia, é preciso que “nos coloquemos frente ao contexto com a nossa história como ferramenta para criar o possível” (LIBERALI, 2020, p. 14). Nesse quadro, pela visão freireana, é patente que se promova a superação de uma situação-limite a partir da criação do inédito-viável (FREIRE, 2011). Esse conceito está relacionado à concretização de sonhos que, no passado, eram entendidos como inviáveis, mas, no presente, tem a possibilidade de se tornarem viáveis.

Para tanto, a análise crítica da realidade, a partir de ações coletivas, com vistas à transformação, é central. Retomando Freire (2011): *"*trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)*"*.

A Human Rights Watch e Todos pela Educação revelam a precariedade de recursos tecnológicos das escolas para o acesso à internet. No entanto, seria essencial conceber a tecnologia como um instrumento facilitador das práticas de aprendizagem em busca de reverter essa situação-limite. Para tal, é preciso investigar o nível de conhecimento dos envolvidos no processo educacional sobre essa temática no contexto escolar.

No mais, considerando as premissas do inédito-viável freireano, seria importante o ajuste das propostas apresentadas e a explanação a partir da compreensão das situações-limite a serem trabalhadas.

Nesse sentido, na visão do Human Rights Watch, é imprescindível garantir internet acessível, confiável e estável, incluindo medidas direcionadas para fornecer acesso gratuito e equitativo. Paralelamente, é fulcral promover ações direcionadas à formação de professores para lecionar a distância, com apoio de tutores, além do suporte necessário para o corpo discente, frente aos desafios do [ensino remoto ou a distância](https://sae.digital/aulas-remotas/).

Outro antídoto freireano ante a uma infausta gestão com características necroeducativas, como foi a gestão bolsonarista, seria a realização de orientações para encontrar alternativas aos problemas complexos e para a tomada de decisões, a partir das negociações decorrentes de trabalhos em equipe.

As questões problemáticas poderiam ser organizadas por temas e tratadas a partir da experiência, em núcleos fundamentais, que comporiam as unidades de aprendizagem e ação. Dito de outra forma, é primordial que se explorem primeiro as questões relativas aos temas em discussão, o que permite, a rigor, a construção de um caminho norteador a partir do conhecimento espontâneo para uma visão crítica da realidade.

De mais a mais, é preciso promover situações nas quais o educando, visto como sujeito agentivo, constrói uma relação crítica da realidade por meio de um processo de meta-reflexão que visa à transformação. Assim, o pensamento crítico, a criatividade, a coletividade e a originalidade são elementos fundamentais na Escola Democrática e Libertadora freireana, respeitando o educando como sujeito da história. Ao refletir sobre a própria situacionalidade, ele se torna consciente e compromissado com a sua realidade, colocando-se como agente, e não um mero espectador (FREIRE, 1985).

Em oposição a necroações do governo passado, a educação democrática e libertadora freireana é um celeiro de práticas educativas capazes de desenvolver engajamento, ou seja, capacidade de decisão e consciência crítica para promover transformações sociais, uma vez centrada na problemática da comunidade em que o educando vive e atua.

Como um desfibrilador para restabelecer o ritmo de vida da educação, uma vez imersa, por exemplo, por práticas necroeducativas como aconteceu entre 2019 e 2022, a proposição freireana rompe com o silêncio dos desfavorecidos. Orientada pela prática e pelo esforço coletivo, diminui a distância entre o que dizemos e o que fazemos, transformando a realidade e possibilitando a construção o inédito-viável. Em síntese, com o foco na realidade concreta, a problematização do conteúdo em questão suscita ações para superar os impasses, o que promove a conscientização e nutre mudanças.

Nesse paradigma, Freire (2011, p.161) concebe a educação como um ato político e libertador por intermédio da *“*consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade*”*. Em outras palavras, o ato de educar, pela perspectiva freireana, consiste em humanizar, já que somos seres incompletos.

Nós nos educamos conjuntamente, mediados por determinado objeto de conhecimento, em particular, a realidade vivida. De acordo com Freire (2011, p. 58), “ninguém educaninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

**5. Antídotos freireanos: cenário de resistência em tempos de necroeducação**

Com o intuito de prospectar ações docentes emancipadoras e libertadoras, o GP LACE tem desenvolvido pesquisas interventivas em favor de uma pedagogia problematizadora e dialógica, com vistas a uma atuação transformadora, voltada aos interesses e necessidades da sociedade representada na comunidade escolar.

A procura por mudança não se restringe apenas a teorias, mas se expande por diversos contextos sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos, com o intuito de romper com a consciência opressora que, aparentemente, configura a existência daqueles que se conformam e aceitam as demandas da sociedade como inalteráveis e imutáveis (VENDRAMINI-ZANELLA *et al*., 2021).

Para ilustrar essas ações emancipadoras, o Projeto Brincadas, uma das atividades desenvolvidas por esse grupo nos últimos quatro anos, tem realizado práticas colaborativas em contexto escolar e extensionista. Em junho de 2021, esse projeto promoveu um evento de festa junina com o propósito de apoiar movimentos de combate à fome, tema escolhido para compor as várias atividades dessa festa, além das brincadeiras tradicionais, em decorrência da caótica situação de fome no país (VENDRAMINI-ZANELLA *et al.*, 2021).

No segundo semestre de 2021, o Brincadas, em parceria com a Aldeia Tekoa Pyau[[35]](#footnote-35) organizou um clube de cinema, a fim de interagir com as crianças e jovens da comunidade para realizar debates a partir de exibições de curtas metragens. Nesse evento, seguindo os interesses da aldeia, o Brincadas colaborou para que essa comunidade pudesse enfrentar as dificuldades geradas pela pandemia, oferecendo um gerador, roupas de inverno, roupas de bebê, madeira para a recuperação das casas, entre outros.

Em outubro de 2021, uma outra atividade desenvolvida pelo Brincadas esteve relacionada com o tema idadismo, em forma de *workshop*, intitulado "Em prol do direito de envelhecer". Em contexto *on-line*, por meio de uma dada plataforma, os participantes discutiram sobre o envelhecimento e respectivas experiências como um processo complexo e multifacetado.

Durante o *workshop*, os participantes trabalharam colaborativamente na elaboração de um manifesto como resposta à intenção da Organização Mundial da Saúde de incluir o "envelhecimento" em sua 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças.

A descrição dessas duas últimas atividades realizadas é fundamentada pelo enfoque freireano, a partir dos conceitos imersão e emersão, rigor metodológico na busca por atingir o "ser mais" (FREIRE, 1997 2014) e no inédito viável. Nessa perspectiva, refletir a respeito da educação implica em pensar e ponderar sobre o ser humano, pois nele reside o fundamento primordial do processo educativo: ser um agente sócio-histórico.

Concebido a partir da necessidade de uma esperança ontológica, o ato de educar, impregnado do seu verdadeiro sentido e significado (FREIRE, 1992), está totalmente voltado para a formação humana, que se desdobra em um fazer social-político-antropológico-ético (ECCO; NOGARO, 2015).

**6. Algumas reflexões**

Este ensaio discutiu as ingerências governamentais do governo bolsonarista a partir do quadro necropolítico, invisibilizador de grupos vulneráveis à margem da dignidade humana. Também apresentou como antídoto de resistência modos de resistir, expandir, almejando superar as situações-limite com base nas proposições freireanas. O texto ainda introduziu as colocações de Mbembe (2016) sobre necropolítica, o que nos permitiu discorrer sobre as questões subjacentes à necroducação, exemplificadas a partir de dados extraídos das mídias.

Constatamos que frente às ingerências governamentais necroeducativas, o antídoto freireano pode estar associado à própria concepção da educação como um ato político e libertador. A prática educativa, baseada em Freire (2011), desperta a consciência dos oprimidos, inquieta-os e os instiga à ação; rompe com o determinismo, permitindo que o sujeito arquitete e interfira na história e na realidade.

Assim, ciente de seu agenciamento, o sujeito aprende a exercê-lo e a abrir os caminhos para a gênese de um cidadão crítico, engajado e político. Resistente e armado de seus direitos, o sujeito luta pelo respeito e reage em face da opressão decorrente dos tempos de necroeducação, que almeja silenciar, neutralizar, coisificar, aniquilar e, claro, matar a ação política, ativa e agentiva do sujeito.

A educação freireana contra as necroações governamentais estão sintetizadas em práticas educativas que permitem ao educando pensar criticamente sobre o seu papel agentivo, bem como acerca da sua realidade social, política e histórica.

Consciente e tomado de resistência ao niilismo e ao fatalismo de que não é possível mudar ou recriar o mundo, sentimento procedente das ingerências governamentais necroeducativas bolsonaristas, a esperança, a prática, a coletividade e a consciência crítica são ativos que o educando pode se valer para tornar um sonho em uma concretude histórica por meio da educação democrática e libertadora.

**Referências bibliográficas**

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. Brasília,1996.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. *In.* EDUCERE – ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 12., Curitba, 2015. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184\_7792.pdf. Acesso em 23 set. 2023.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, A. M. A. Notas explicativas. *In.* FREIRE, Paulo (Org.). *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 273-33.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia* - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. *Educação e mudança.* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. *Conscientização*: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIROUX, H. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIBERALI, F. Construir o inédito-viável em meio à crise do Coronavírus: lições que aprendemos, vivemos e propomos. *In*: LIBERALI, Fernanda; MEGALE, Antonieta (Orgs.). *Alfabetização, letramento e multiletramentos em tempos de resistência*. Campinas: Pontes, 2020. p.13-21.

[LIBERALI, F. C.](http://lattes.cnpq.br/0046483605366023) *et al.* Funds of Perezhivanie: creating cracks in the walls of oppression. *In*: SALMON, A. K.; CLAVIJO-OLARTE, A. (Orgs.). *Handbook of research on socio-cultural and linguistic perspectives on language and literacy development*. Jose de Caldas, Colomb: All IGI Global publisher, 2022. V. 1. p. 300-329.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia,* v. 70, n. esp., p. 20-33, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In.* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (Coords.) *El giro decolonial:* reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Artes e Ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

MINAY, M. C. (Org.). *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

MISSIATO, L. Necrodiscursos: discursos articulados pelas políticas da morte. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p.1-14, 2021.

ROSA, P.; SOUZA, A.; CAMARGO, G. O combate à “ideologia de gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das *fake news* difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Sinais*, n. 23, p.128-154, 2019.

SILVA, H. *O Projeto Entrelivros*: (re)construindo identidades negras a partir da afroperspectividade nas séries iniciais do ensino fundamental. 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Cefet/RJ, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA SANTOS, B. *O futuro começa agora:* da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

VENDRAMINI-ZANELLA, D.A. *et al.* GP LACE na formação engajada. *In.* SIMPÓSIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO Brasil. 4., Curitiba, 2021. *Anais...* Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2021.

Enviado em: 05/07/2023

1. Utilizamos o termo “antídoto” para designar a neutralização, amenização ou reversão de um efeito opressor. [↑](#footnote-ref-1)
2. <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguicao-diz-especialista>. Acesso em 20 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-2)
3. Credenciado pelo CNPq desde 2004, o GP LACE integra linguistas aplicados e educadores das mais diversas áreas, principalmente, pelo vínculo das líderes Magalhães e Liberali com os programas de estudos de pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (Lael), Educação: Formação de Formadores (Formep) e Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). [↑](#footnote-ref-3)
4. A morte em Bolsonaro. Thiago Amparo <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2021/07/a-morte-em-bolsonaro.shtml> Acesso em: 21 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-4)
5. O Cepedisa, da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, são responsáveis por coletar as normas federais e estaduais relativas ao novo coronavírus. [https://cepedisa.org.br/publicacoes](https://cepedisa.org.br/publicacoes/). Acesso em: 22 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-5)
6. Bolsonaro é denunciado por incentivar genocídio de indígenas. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-29/bolsonaro-e-denunciado-por-incentivar-genocidio-de-indigenas.html>. Acesso em 22 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-6)
7. https://veja.abril.com.br/politica/veja-na-integra-os-planos-de-governo-de-bolsonaro-e-haddad Acesso em: 04 de novembro de 2023. [↑](#footnote-ref-7)
8. <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguicao-diz-especialista>. Acesso em de 22 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-8)
9. <https://acaoeducativa.org.br/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo/> 15-04-2019. Acesso em 23 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-9)
10. O termo “virada decolonial” faz referência ao sintagma “giro decolonial”, cunhado por Maldonado Torres (2007), para designar uma postura embasada em uma nova perspectiva intercultural que demanda uma abertura e liberdade de pensamento, o questionamento das relações de poder, possibilitando formas outras de ser, saber, agir no mundo. [↑](#footnote-ref-10)
11. https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/01/as-metas-e-promessas-que-ficaram-para-tras-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-ck4zdaglr01hw01ocrrafty0g.html. Acesso em: 22 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-11)
12. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-ja-cumpridas-apos-1o-ano.shtml>. Acesso em 22 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-12)
13. <https://www.bbc.com/portuguese/45859396>. Acesso em 22 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-13)
14. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-ja-cumpridas-apos-1o-ano.shtml>. Acesso em 22 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-14)
15. <https://www.bbc.com/portuguese/45859396>. Acesso em 22 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-15)
16. <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado>. Acesso em: 22 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-16)
17. Milton Ribeiro, Ricardo Vélez Rodriguez, Abraham Weintraub e Carlos Alberto Decotelli. https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros. Acesso em: 04 de novembro de 2023. [↑](#footnote-ref-17)
18. <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/da-mamadeira-de-piroca-ao-banheiro-unissex/>. Acesso em: 23 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-18)
19. https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml. Acesso em: 23 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-19)
20. <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-faz-piada-com-oriental-tudo-pequenininho-ai-veja-video-rv1-1-23668287.html>. Acesso em: 23 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-20)
21. <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-nova-provocacao-a-china-bolsonaro-volta-a-insinuar-que-o-coronavirus-pode-ter-nascido-em-laboratorio/>. Acesso em: 25 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-21)
22. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/brasil-sem-homofobia>. Acesso em: 20 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-22)
23. <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/diretor-responsavel-por-campanha-sou-feliz-sendo-prostituta-e-demitido.html>. Acesso em: 20 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-23)
24. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/12/novas-universidades-ensinam-sexo-sem-limite-disse-ministro-da-educacao-em-2018.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-24)
25. O IBGE 2010- aponta para a existência de 305 povos indígenas, que correspondem um total de 896.917 pessoas - 0,47% da população. Em meados de julho de 2020, o número de infectados era 14.793, com 501 vítimas fatais. <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?idnoticia=-2194&view=noticia>. Acesso em: 10 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-25)
26. <https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(21)00081-4/fulltext>. Acesso em: 06 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-26)
27. <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>. Acesso em: 06 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-27)
28. <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/11/378937>. Acesso em 06 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-28)
29. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia. Acesso em: 06 de maio de 2023. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia. Acesso em: 06 de maio de 2023. Covid-19 impact on education. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse> acesso em: 05 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-29)
30. <http://educacaoconectada.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-30)
31. Segundo a Rede Peteca, [https://livredetrabalhoinfantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-negro-e-maior-por-heranca-da-escravidao](https://livredetrabalhoinfantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-negro-e-maior-por-heranca-da-escravidao/). Acesso em: 23 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-31)
32. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-o-risco-de-aumento-do-trabalho-infantil-durante-e-apos>. Acesso em: 24 maio de 2023. [↑](#footnote-ref-32)
33. Art. 205. A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [↑](#footnote-ref-33)
34. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), regula a oferta do direito à educação como dever do Estado. [↑](#footnote-ref-34)
35. Comunidade indígena localizada no Pico do Jaraguá, parte do distrito de Pirituba, na zona oeste da capital paulista, https://educacaoeterritorio.org.br/arquivo/aldeia-tekoa-pyau-o-desafio-de-ser-vizinha-da-cidade/ Acesso em: novembro de 2023. [↑](#footnote-ref-35)